


Entre tradições e modernidades: representações sobre a arquitetura neogótica nas décadas de 1910 e 1920 na cidade do Recife

Diomedes de Oliveira Neto

Doutorando em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE),
Recife, Pernambuco

Bolsista – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

 <https://orcid.org/0000-0001-6507-2556>

E-mail: diomedesneto85@gmail.com

Resumo: O trabalho tem por objetivo analisar representações acerca das produções de arquitetura neogótica no Recife das décadas de 1910 e 1920. Tratam-se de textos produzidos por intelectuais num momento em que a cidade passava por transformações na sua fisionomia e sociabilidades. Como metodologia, buscou-se analisar artigos e notícias presentes em periódicos da época, valendo-se de interpretações sob a ótica de uma História Cultural das Representações, a fim de perceber nestes escritos os diferentes significados de civilização, tradição e modernidade em disputa, as práticas que se desdobraram dessas significações e onde o neogótico se inseriu nos projetos das capitais brasileiras na Primeira República. Como resultados dessas análises, identificou-se dois grupos de intelectuais em conflito: os cosmopolitas, defensores dos ideais de civilização e simpáticos às arquiteturas de influência europeia, a exemplo do neogótico; e os regionalistas, defensores de uma arquitetura brasileira e da preservação dos acervos coloniais, portanto contrários à arquitetura neogótica.

Palavras-chave: Arquitetura neogótica; Recife; Tradição; Civilização; Modernidade.

301

Between traditions and modernities: representations of neo-gothic architecture in the 1910s and 1920s in the city of Recife

Abstract: The objective of this paper is to analyze representations about the productions of neo-Gothic architecture in Recife in the 1910s and 1920s. Texts produced by intellectuals at a time when the city was undergoing transformations in its appearance and sociability. As a methodology, we sought to analyze articles present in newspapers of the time, using interpretations from the perspective of Cultural History of Representations, in order to perceive in these writings the meanings of civilization, tradition and modernity in dispute, the practices that unfolded from these meanings and where was the neo-gothic in the urban projects of brazilian capitals during the First Republic. As a result of these analyses, two groups of conflicting intellectuals were identified: the cosmopolitans, defenders of the ideals of civilization and sympathetic to European-influenced architecture, such as the neo-Gothic; and the regionalists, defenders of Brazilian architecture and the preservation of colonial buildings, therefore contrary to neo-Gothic.

Keywords: Neo-gothic architecture; Recife; Tradition; Civilization; Modernity.

Texto recebido em: 16/02/2022

Texto aprovado em: 15/12/2022

Introdução

A chamada arquitetura neogótica, experimentada nos séculos XVIII e XIX na Europa, é resultado de interpretações sobre as edificações do passado medieval europeu, donde as recriações e usos contemporâneos de formas arquitetônicas do gótico foram estimulados por intelectuais e arquitetos. Para além de uma preocupação estético-formal, os entusiastas do neogótico se mobilizaram por um movimento artístico revestido de preocupações de ordem política, social, moral e religiosa cristã, como uma espécie de reação às transformações políticas, sociais e urbanísticas vivenciadas na Europa das revoluções industriais. (MENEGUELLO, 2008)

No Brasil, a produção da arquitetura neogótica teve grande destaque nas primeiras décadas do período republicano, tanto nas capitais como nas áreas interioranas, sendo geralmente classificada na historiografia da arquitetura no Brasil como componente da chamada arquitetura eclética, historicista ou revivalista (FABRIS, 1993), a dividir as pranchas e projetos dos arquitetos da época com diversas outras formas do passado (a exemplo do neoclássico, neorromânico, neobarroco, etc.), sobretudo no tratamento de fachadas das edificações.

Sobre uma historiografia da arquitetura neogótica no Brasil, a maioria dos escritos estão inseridos numa historiografia da arquitetura eclética brasileira do século XIX e início do século XX. (BARATA, 1983; BRUAND, 1981; FABRIS, 1987; LEMOS, 1979; SANTOS, 1981). Esta historiografia dos ecletismos e historicismos arquitetônicos foi negligenciada por muitos pesquisadores e arquitetos da primeira metade do século XX, resumindo-se por vezes a análises mais panorâmicas ou a levantamentos superficiais.

Para o caso de Pernambuco e do Recife, destacamos duas pesquisas importantes de arquitetos acadêmicos locais que buscaram problematizar esta produção arquitetônica sob novas perspectivas, reconhecendo os valores sociais, culturais, políticos e econômicos de um fazer arquitetônico que povoou boa parte das cidades brasileiras durante o período da Primeira República. (CARVALHO, 1992), (SILVA, 1987).

Tais revisões historiográficas acerca da arquitetura eclética no Brasil (incluindo-se também o neogótico) possibilitaram interpretações destas arquiteturas como manifestações variáveis no tempo e no espaço, evitando-se assim uma análise em bloco. Além disso, as atenções para estas práticas arquitetônicas dos séculos

XIX e início do século XX no Brasil, se apresentaram importantes a partir das preocupações por uma história urbana na Primeira República, frente aos processos de modernização das cidades a partir de diferentes projetos de modernidade em disputa.

Estas interpretações despontariam também graças aos novos debates construídos nos estudos historiográficos sobre arquitetura, que possibilitaram considerar nas pesquisas sobre a produção, uso e recepção arquitetônicos uma postura de análise dialética entre as razões estético-formais da arquitetura com as razões éticas, sociais e políticas (FABRIS, 1993). Esta mudança de chave interpretativa garantiria analisar, para além dos aspectos de produção das edificações, também as ressignificações de valores e sentidos tomados a partir destes bens culturais numa sociedade.

Assim, é importante destacar que apesar de se debruçar em citações do passado, as arquiteturas ecléticas ou revivalistas revestiam-se de sentidos de modernidade e de modernização, tornando-se símbolos materiais de um pretense e esperado progresso nas grandes cidades capitalistas europeias e americanas a partir do século XIX. Tratava-se de uma expressão arquitetônica que prezava por uma estilização de formas do passado adaptadas a novos usos e funções, além de considerar soluções contemporâneas de projetar e de construir, a exemplo da adoção de materiais industriais produzidos em larga escala, como o ferro, o cimento e o vidro, bem como uma produção e comercialização de projetos direcionados a um crescente mercado de especulação imobiliária. (PATETTA, 1987)

No caso específico da arquitetura neogótica, em países como o Brasil, as interpretações e usos dessas arquiteturas iam além de interesses de modismos ou de gosto da época. Popularmente presente em muitas edificações entre o último quartel do século XIX a meados do século XX, o neogótico se expressaria, sobretudo nos templos cristãos e construções correlatas (escolas, conventos e hospitais religiosos), a revelar uma escolha estética que se associava aos interesses político-institucionais das igrejas católicas e protestantes cristãos, como uma espécie de reação ante as mudanças sociais e políticas experimentadas desde fins do século XIX e que afetaram diretamente as influências e poderes destas instituições junto às sociedades americanas. (CHECA-ARTASU; NIGLIO, 2016).

Em Pernambuco, entre as últimas décadas do século XIX até a metade do século seguinte, a escolha pelo neogótico seria presente tanto nas construções civis, quanto principalmente na arquitetura religiosa católica (com destaque para as duas

primeiras décadas do século XX), quando dioceses, congregações religiosas e paróquias interpretavam o neogótico como uma espécie de estilo mais internacional e civilizado, sustentado nas referências europeias e desembaraçado do passado construtivo colonial local.

Além disso, o neogótico estaria esteticamente e moralmente sintonizado com as propostas daquele momento da Igreja Católica de se apoiar em uma história e tradição da instituição em defesa de um cristianismo universal, em paralelo também com a uniformização de cultos tomados como oficiais a exemplo do Sagrado Coração de Jesus ou da Imaculada Conceição. Neste sentido, a opção pelo neogótico no início do século XX reveste-se também, entre muitos membros das dioceses e da sociedade civil, de valores morais, institucionais e litúrgicos defendidos internacionalmente pela Santa Sé. (OLIVEIRA NETO, 2017)

Tal como as outras arquiteturas ecléticas e revivalistas, o neogótico parece assumir também sentidos de uma expressão de cosmopolitismo e de civilização ocidental nas cidades brasileiras no início do século XX. Paralelo e em contraposição a essas ideias de civilização e cosmopolitismo, alguns grupos de pensadores, sobretudo a partir da década de 1920, estariam preocupados nas buscas e definições de uma identidade nacional/regional, que deveria também se tornar manifesto nas produções culturais e nas formas das cidades, incluindo-se a arquitetura. Esta identidade estaria amparada por uma noção de tradição inventada (HOBSBAWM; RANGER, 2012), a representar um pretense passado e cultura coesos, materializados nas cidades e arquiteturas de feições coloniais.

Na capital pernambucana do Recife, a década de 1910 se destacaria na produção de diversas edificações religiosas ao gosto da arquitetura neogótica, sobretudo com a realização de reformas goticizantes em antigas construções coloniais. São desse período os trabalhos realizados pelo arquiteto Rodolpho Lima, que empreendeu obras neogóticas na igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus de Casa Forte (1911), na igreja de Nossa Senhora do Paraíso e no hospital anexo da Santa Casa de Misericórdia (1911) no bairro de Santo Antônio, além da emblemática Catedral da Arquidiocese de Recife/Olinda, também remodelada em 1911. (CANTARELLI, 2021)

Em contrapartida às produções neogóticas que proliferavam na cidade, afluíam também os discursos em defesa de uma identidade e tradição artístico-arquitetônica local, defendida pelos regionalistas que buscavam suas referências no passado da arte e arquitetura dos tempos coloniais. Assim, as reformas ou novas

construções neogóticas aplicadas sobretudo nas igrejas coloniais do Recife ao longo da década de 1910, começaram a ser interpretadas a partir da década de 1920, por estes intelectuais pernambucanos, como uma ameaça à sobrevivência das antigas e pretensas referências identitárias regionais.

Das lacunas observadas nos estudos sobre a arquitetura neogótica em Pernambuco e no Recife, visto que ainda são escassas pesquisas específicas sobre o objeto, tanto no que diz respeito à sua produção quanto às recepções; e considerando a expressividade desta arquitetura no Recife nas décadas de 1910 e 1920, acompanhada também pela formação de uma intelectualidade preocupada com a construção de uma identidade urbana e arquitetônica regional/colonial, temos como objetivo neste artigo analisar sob uma perspectiva da História Cultural os discursos produzidos pelos intelectuais e críticos da época acerca do neogótico, considerando as conseqüentes implicações destes textos no desenho e preservação arquitetônicos da cidade do Recife, quando diferentes projetos de modernidade e modernização encontravam-se em disputas frente às transformações da fisionomia e das sociabilidades de muitas capitais brasileiras durante a Primeira República.

Por se tratar de análises que buscam interpretar determinados discursos produzidos por intelectuais, e como esses discursos reverberaram tanto na construção de novas edificações na cidade do Recife, como em transformações no desenho da cidade, entendemos que essa análise se insere no campo da História Cultural, ou mais precisamente na História das Representações (CHARTIER, 1991), ao nos preocuparmos com as representações discursivas e conseqüentes práticas em torno do neogótico no Recife das décadas de 1910 e 1920.

De acordo com o historiador Roger Chartier, uma História das representações se dispõe a pensar “outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade, e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados.” (CHARTIER, 1991, p. 177). Assim, diante das produções de arquitetura neogótica no Recife nas décadas de 1910 e 1920, nossa preocupação consiste em problematizar as interpretações, usos e sentidos construídos e partilhados coletivamente acerca dessas obras, revelando por vezes, diferentes representações coletivas em disputa, a significarem e construírem, no caso, o espaço físico e social da cidade.

No que diz respeito à arquitetura neogótica no Recife, percebemos pelo menos dois posicionamentos ou representações coletivas em conflito, a partir dos

discursos e práticas empreendidos pelos intelectuais locais: os cosmopolitas partidários da arquitetura neogótica e de outros revivalismos e ecletismos arquitetônicos, tomados como símbolos de uma civilização internacional e ocidental; e um grupo reacionário aos cosmopolitismos, defensor da construção de uma identidade e de valores nacionais ou regionais.

Para uma melhor compreensão dessas representações em disputa, recorreremos aos conceitos propostos pelo sociólogo Norbert Elias (2011): o de civilização, que representa uma noção de consciência de ser ocidental, prezando por um universalismo e cosmopolitismo; e o conceito de *kultur*, que diz respeito a inclinações nacionalistas em prol de valores e sentimentos de tradição e de posturas identitárias. Assim, consideramos que cada um desses conceitos nos auxiliou nas análises documentais acerca das duas representações coletivas em disputa sobre a arquitetura neogótica no Recife do início do século XX.

Além disso, por se tratar de um momento de anseios por novidades e de transformações urbanísticas e sociais num Brasil recém republicano de inícios do século XX, buscamos dialogar também com as noções de modernidade e modernização (BERMAN, 2007; GORELIK, 1999), então presentes nos discursos de nossa documentação analisada. Assim, quão modernos seriam os usos e valorações de uma arquitetura historicista como o neogótico? Qual o lugar desta arquitetura nos projetos de modernidade na cidade do Recife nas décadas de 1910 e 1920?

Para uma análise destas produções discursivas dos intelectuais no Recife das décadas de 1910 e 1920 acerca da arquitetura neogótica, optamos por uma pesquisa de caráter documental, nos debruçando em fontes jornalísticas locais da época, onde circulavam não apenas muitos desses discursos, mas também notícias e anúncios a evidenciar produções, usos e recepções da arquitetura neogótica (e outras formas arquitetônicas historicistas) na cidade recifense.

Nossa prioridade pela escolha de periódicos se desenhou a partir da própria importância que essas publicações assumiam nas sociedades urbanas de início do século XX, sobretudo como veículos amplificadores das múltiplas e conflituosas vozes de pensadores da época. Sobre as relações entre os jornais e intelectuais pernambucanos nas décadas de 1910 e 1920, o pesquisador e também jornalista atuante em periódicos locais, Manuel de Souza Barros, é enfático ao afirmar que “a imprensa, como divulgação, centralizava um poder muito maior que hoje. Não se podia admitir o intelectual se ele não aparecesse na imprensa numa atividade qualquer.” (SOUZA BARROS, 1985, p. 180)

Apesar de uma certa circularidade de intelectuais e de ideias entre os diferentes periódicos recifenses da época, podemos identificar algumas particularidades nos posicionamentos político-sociais em cada um dos jornais que elencamos, revelando assim diferenças nos discursos/representações em relação aos projetos de modernidade em jogo e os sentidos de tradição e civilização em torno das transformações urbanísticas e arquitetônicas experimentadas no Recife dos anos de 1910 e 1920.

Enquanto periódicos como o *Diário de Pernambuco*, de teor mais conservador e aliado aos setores político-econômicos mais tradicionalistas do Estado, constantemente divulgava escritos de intelectuais a exemplo de Gilberto Freyre e Aníbal Fernandes, então partidários de valores regionalistas (AZEVEDO, 1984) e anti-cosmopolitas, portanto contrários às arquiteturas e soluções urbanas ecléticas e historicistas “à europeia”, o *Jornal do Recife*, por vezes apoiador de governos de oposição aos aristocratas do açúcar (NASCIMENTO, 1972), sinalizava discursos favoráveis aos ideais de civilização ocidental europeu, defendendo as requalificações urbanas planejadas para a cidade e demonstrando simpatias às arquiteturas ecléticas (dentre elas, as tantas catedrais e capelas neogóticas).

Além dos periódicos citados acima, outros dois foram selecionados para complementar nossas análises: o vespertino *Jornal Pequeno*, conhecido por fazer circular artigos publicados na capital federal e mostrar simpatia a governos menos conservadores no Estado; e o jornal *A Província*, que apresentava artigos e opiniões diversas e por vezes conflituosas ao longo da década de 1910, mas que nos últimos anos da década de 1920, sob a edição de Gilberto Freyre, ganharia tons mais regionalistas quando os assuntos se destinavam a debater as produções e preservações arquitetônicas e projetos urbanísticos para a cidade.

O artigo foi produzido ao longo do segundo semestre de 2021, partindo de leituras e análises bibliográficas de material historiográfico e teórico-metodológico que serviram como base para a análise dos documentos selecionados. Toda a documentação dos periódicos foi consultada no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para uma melhor apresentação de nossas análises, convencionamos dividir o artigo em dois tópicos: um primeiro dedicado aos discursos de intelectuais favoráveis aos sentidos de civilização e de progresso ocidentais, pensados para as transformações urbanas no Recife das primeiras décadas do século XX republicano, sendo, portanto escritores partidários dos usos e ressignificações das arquiteturas

historicistas, incluso o neogótico; e um segundo tópico destinado aos intelectuais regionalistas, firmados nos discursos de tradição (*kultur*) em defesa da preservação de um passado artístico-arquitetônico colonial recifense, e, portanto contrários a expressões como o neogótico em novas construções ou projetos da cidade.

Modernidade e civilização: o neogótico na cidade republicana e cosmopolita

Em artigo publicado no vespertino Jornal Pequeno em setembro de 1910, o jornalista pernambucano Mário Melo, em visita à cidade de São Paulo, revela suas impressões sobre a então cidade das arquiteturas ecléticas e historicistas: “São Paulo é a capital civilizada do Brasil, é o centro de todo o progresso de nossa pátria (...) Faz gosto ver-se que o camartelo da destruição aniquila tudo que é mau para substituir pelo bom e destrói o bom para em seu lugar levantar o melhor” (MELO, 1910, p. 1).

Comparando com a sua cidade, Recife, o jornalista atenta para que a capital pernambucana acompanhe os ritmos e as transformações da capital paulista: “destruam-se os casarões velhos e anti-higiênicos da rua Imperial substituindo-os por outros (...) prolongando-o até o fim da ilha de Santo Antônio, e teremos também a nossa Avenida Central” (MELO, 1910, p. 1). A respeito da área mais antiga do Recife, o chamado bairro de mesmo nome, propõe: “destruamos por completo todo esse bairro tétrico e imundo do Recife (...) sobre os escombros lançamos uma cidade nova” (MELO, 1910, p. 1). E ainda sobre São Paulo, finaliza: “visitar São Paulo é criar alma nova, admirar-se da iniciativa de um povo, invejar o seu adiantamento e estimular a ação do progresso”.

Tais ideias de progresso e de civilização, exemplificadas nos escritos deste jornalista, seriam apenas uma amostra de boa parte dos discursos e desejos predominantes nos impressos que circulavam nas capitais brasileiras no início do século XX de um país recém republicano. Para uma cidade ser considerada civilizada, naquele momento, deveria estar sintonizada a uma espécie de “consciência de Ocidente”, tal como defende o sociólogo Norbert Elias ao apresentar o conceito de civilização:

Ele resume tudo o que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas

maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais. (ELIAS, 2011, p. 23)

Assim, o conceito de civilização assume um caráter de universalidade de um mundo ocidental e cosmopolita marcado pelo progresso de suas técnicas e pela uniformização de suas maneiras e hábitos, incluindo também as manifestações arquitetônicas e traçados urbanos. Ainda segundo Elias, por seu aspecto internacional, o sentido de civilização visa a superar ou minimizar as diferenças nacionais, na busca por uma espécie de equalização ou uniformização das sociedades, sempre direcionadas teleologicamente para o futuro.

No que diz respeito às formas e sociabilidades das cidades ocidentais desde o século XIX, um espaço urbano civilizado, portanto, seria aquele que mais se encontrasse em sintonias com os centros europeus industriais (a exemplo de Paris, Viena, Londres). Tratava-se de cidades em constante expansão, moldadas e transformadas diante dos interesses do capital, tal como nos lembra o historiador Lewis Mumford (1998): das avenidas largas, da especulação imobiliária e de uma efemeridade de suas arquiteturas e construções ao sabor dos interesses e valores de mercado.

Neste sentido, o Recife, uma dentre as muitas outras capitais republicanas brasileiras, também buscava se revestir destes discursos de civilização a partir de suas reformas urbanísticas e arquitetônicas nas primeiras décadas do século XX, onde a arquitetura neogótica, junto aos outros estilos ecléticos/historicistas, assumiria este papel estético de uma arquitetura civilizada e cosmopolita.

A ideia de civilização parecia também acompanhar os sentidos de modernidade e de modernização nas sociedades ocidentais ao longo dos séculos XIX e XX, pensado aqui como uma espécie de consciência do novo, do progresso, de rupturas com estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais do passado. Acompanhamos as reflexões do filósofo Marshall Berman, que percebe o projeto ocidental de modernidade de forma semelhante às conclusões de Elias acerca do conceito de civilização. Tratava-se, portanto, de uma experiência destinada a anular “todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia” (BERMAN, 2007, p. 14), no entanto, apresenta-se também em suas contradições como “uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia.” (BERMAN, 2007, p. 14).

Os anseios por um Brasil civilizado e moderno aos moldes de um ocidente europeu acompanhavam as expectativas republicanas num país aparente e recentemente desvencilhado de antigas estruturas políticas, econômicas e sociais, marcadas até então por um regime monárquico, relações de dependência estrangeira e trabalho escravo. No entanto, historiadores a exemplo de Nicolau Sevcenko, revelam os conflitos destes projetos civilizatórios ou de modernidade experimentados no início do século XX, naquilo que o autor chamou de uma “inserção compulsória do Brasil na *belle époque*.” (SEVCENKO, 2003).

O que se observou tanto nos arranjos político-econômicos quanto nas configurações das capitais brasileiras nas primeiras décadas republicanas fora uma ânsia por um progresso que deveria “alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia. (...) A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia.” (SEVCENKO, 2003, p. 29). Os jornais, segundo Sevcenko, assumiriam um papel de verdadeira “cruzada” por uma civilização esperada nas cidades brasileiras, estimulando uma cultura cosmopolita europeia a superar os antigos costumes, incluindo-se também nas expressões e estilos arquitetônicos e urbanísticos.

No entanto, esses projetos civilizatórios e modernizantes encontrariam também seus limites e contradições, num país em que apesar de recém republicano e não mais oficialmente moldado num regime de trabalho escravista, ainda resistia em velhos arranjos políticos e econômicos, admitindo oficialmente apenas ideais de novidade e de civilização num plano mais estético-cultural e em alguns aspectos sociais, mas não nos planos políticos e econômicos em prol de uma transformação radical das estruturas. As reflexões da historiadora Mônica Velloso sintetizam essas contradições do projeto de modernidade ocidental pensado para o Brasil no início do século XX:

A modernidade foi marcada, portanto, por esse cenário profundamente excludente (...) a civilização não implicava a democratização social, mas, antes, no reforço dos ideais aristocratizantes. (...) Os ideais civilizatórios passaram a ser claramente endereçados às elites. Essas identificadas com a cultura europeia tentavam negar as origens mestiças da nacionalidade. (VELLOSO, 2008, p. 362)

A modernização e o “ser moderno”, portanto, pareciam configurar-se, por exemplo, muito mais nos planos estéticos e urbanísticos das cidades, desenhados

para algumas áreas privilegiadas das capitais, do que necessariamente numa inserção político-econômica do Brasil num completo projeto de modernidade ocidental. Neste cenário, as cidades emergiam não apenas como resultados desta modernidade desejada, mas também como catalisadoras de novos anseios e contradições (GORELIK, 1999). O historiador e arquiteto Adrián Gorelik defende que as capitais americanas, em suas reformulações no início do século XX, idealizavam alcançar uma esperada civilização para sociedades recém emancipadas politicamente; no entanto, estas mesmas cidades se apresentariam mais como pretensos cenários de uma modernidade sonhada, do que agentes transformadores por um projeto concluso de mudanças estruturais.

Tais anseios, transformações e contradições se faziam presentes também nas experiências da cidade do Recife no início do século XX. Era um momento em que a produção açucareira entrava em declínio no mercado internacional, e os arranjos políticos locais permaneciam sob o controle das elites da cana-de-açúcar, sem muito espaço para mudanças estruturais. (LEVINE, 2006). Porém, os anseios da modernidade e civilização se fizeram sentir a partir das expectativas em torno das reformas urbanas empreendidas entre os anos de 1910 a 1913 na região portuária do bairro do Recife. Os projetos consistiam na abertura de avenidas, requalificações do porto e demolição das vielas e quarteirões coloniais existentes na área a fim de facilitar as dinamizações portuárias e atrair investimentos de capital estrangeiro. (LUBAMBO, 1991).

Estas transformações urbanísticas e arquitetônicas pareciam empolgar alguns intelectuais recifenses, que percebiam não apenas um processo de renovações formais e estéticas, mas também de mudanças nos aspectos de salubridade e higiene na cidade. O artigo do jornalista Arthur Orlando, intitulado *Recife Novo* e publicado no Jornal Pequeno em março de 1912, constrói uma relação entre uma estética moderno-ocidental interpretada na arquitetura eclética/revivalista com noções de saneamento e racionalização urbana:

Não pense, porém que à órbita higio-técnica escapam a forma e beleza dos edifícios, pois, é fora de toda dúvida a grande influência, que sobre a economia, saúde e estética de uma população exerce a arquitetura de sua cidade (...) Um bom plano de arquitetura, além de garantias higiênicas, deve oferecer aspecto de rejuvenescência e prazenteria, aspecto pitoresco, e isto não somente nas casas de habitação, mas ainda nas igrejas, nos teatros, nas gares, nos quartéis, e principalmente nas escolas (...) as novas condições da vida política e social exigem novas formas de arquitetura, tanto na fachada, como na disposição interior dos edifícios, formas que

traduzem um novo estado de espírito, vistas mais altas e largas, em busca de mais espaço e luz. (ORLANDO, 1912, p. 1)

Moderna, portanto, seria não apenas uma arquitetura alinhada aos estilos ocidentais-europeus, mas também uma expressão estética civilizada, prezando pela higiene e por uma racionalidade construtiva. No Recife, o Estado assumiria um papel neste processo de renovação estético-funcional, a exemplo de subsídios criados durante o governo de Dantas Barreto (1911-1915) para estimular proprietários a reformarem prédios de aparência colonial, então considerados “inestéticos e anti-higiênicos.” (GOVERNO, 1913, p. 4)

A respeito da arquitetura neogótica, esta se faria mais presente nas edificações religiosas da cidade, com o exemplo emblemático da remodelação a partir de 1911 da Sé de Olinda e Recife, projetada pelo engenheiro-arquiteto Rodolpho Lima. Neste caso, as antigas feições barrocas e rococós da planta e fachada da catedral seriam substituídas por estilizações de um neogótico aos moldes europeus. Ao longo do processo de realização das obras, que se estenderam até o ano de 1919, os periódicos locais noticiavam o andamento dos trabalhos.

Uma matéria publicada no *Jornal Pequeno* em janeiro de 1914 sobre as mobilizações de recursos para a finalização das obras da catedral apresentou uma interessante justificativa de seus entusiastas da necessidade de uma remodelação da antiga Sé, optando-se, naquele momento, pelas referências das arquiteturas do passado medieval europeu:

Nós não temos uma catedral e precisamos ter. (...) as catedrais tem a significação artística. A suprema arquitetura está nas igrejas. São as mais belas páginas de arte que se conhecem (...) Nós precisávamos dessa página de estética na paisagem pernambucana (...) um monumento de fé e de arte. (MAIA, 1914, p. 1)

Palavras que comungam explicitamente com os ideais de civilização e modernidade, prezando-se aqui por um sentido e configuração de catedral cosmopolita, internacional, ancorado num passado institucional da Igreja Católica ocidental e europeu. É como se a imagem de qualquer catedral deveria estar associada diretamente a estética historicista do gótico (ou de expressões correlatas do medievo).

Interpretação semelhante também aparece em matéria de capa do *Jornal do Recife* no ano de 1919, anunciando as finalizações das obras da Catedral. Em palavras de admiração aos trabalhos do arcebispo D. Luiz de Britto, o texto o

parabeniza por “remodelar aquele templo, dando-lhe o *verdadeiro aspecto de Cathedral*.” (A CATHEDRAL, 1919, p. 1). Ao realizar uma descrição detalhada da planta, fachada e elementos compositivos da nova estrutura, o autor finaliza o artigo declarando: “Estas linhas gerais da fachada são de feitura moderna e obedecem à forma arquitetônica moderna.” (A CATHEDRAL, 1919, p. 1) Ser neogótico, portanto, era também ser moderno naquele momento.

Além do projeto de *goticização* da Sé de Olinda, o então construtor responsável Rodolpho Lima possuía também uma reputação de renome na região, tendo trabalhado como engenheiro em obras ferroviárias no Estado, atuado como professor no Liceu de Artes e Ofícios e no Ginásio Pernambucano, e projetado também outros trabalhos neogóticos, a exemplo da Capela dedicada à Imaculada Conceição no Morro da Conceição e a remodelação da Igreja setecentista do Paraíso no bairro central de Santo Antônio, ambas na cidade do Recife. Diante de uma extensa experiência, o profissional chegaria a ser considerado “o mais popular e conhecido arquiteto em Pernambuco.” (RODOLPHO, 1911, p. 177-178)

A partir deste panorama, observamos uma circularidade entre representações e práticas em torno das interpretações e produções/usos da arquitetura neogótica, já que muitos dos discursos enaltecidos impressos nos periódicos estimulavam também o desenho de outros projetos neogóticos, tanto nas áreas mais suburbanas da capital, como nas cidades do interior. Diante deste cenário, podemos interpretar que, na década de 1910, havia um relativo consenso tanto em relação aos usos das arquiteturas revivalistas/ecléticas quanto aos significados associados às ideias cosmopolitas de civilização e modernidade ocidental, a irradiar das expectativas em torno das propostas de remodelações urbanísticas empreendidos nas áreas centrais das capitais brasileiras.

Na década de 1920, os projetos e edificações historicistas (incluindo os neogóticos), seguidos de suas interpretações enquanto estilos modernos e civilizados, continuariam a povoar as paisagens recifenses, contando com um extenso apoio popular e dos consecutivos governos estaduais.

Num discurso proferido na Câmara Estadual em dezembro de 1925, o Cônego Henrique Xavier, congratula a gestão do governador Sérgio Loreto (1922-1926), então marcada por diversas obras públicas e requalificações urbanas que acompanhavam as mesmas estéticas e soluções europeizantes da década anterior:

Por toda parte, Sr. Presidente, surgem hoje modernas e formosas iniciativas de arte e belezas estéticas, uma inspiração de estilo

empolgante e sugestivo que honra a arquitetura e satisfaz as exigências da plástica sublime, movimenta empreendimentos de vulto e realce que impressionam e encantam as vistas dos mais exigentes cultores do progresso e admiradores do embelezamento urbano (XAVIER, 1925, p.3)

Assim, as pretensões da modernidade a um cosmopolitismo civilizatório permanecem nas posturas da gestão Loreto, com abertura de avenidas, planos de saneamento alinhados a noções de higiene e racionalização urbana, supressão de feições coloniais da cidade, aterros e eliminações dos mucambos. (REZENDE, 2002). Em relação aos projetos revivalistas/ecléticos encontramos anúncios de construtores inclinados a essas estéticas até finais da década. Quanto às produções neogóticas, o destaque continuaria para as construções religiosas católicas, a exemplo de projetos apresentados para a remodelação da Matriz do bairro das Graças (NOTÍCIA, 1923) e da Igreja da Soledade, na área central do Recife.

No entanto, estas e outras propostas já encontrariam na época vozes dissonantes contrárias tanto às reformas de igrejas com feições dos tempos coloniais, assim como também à construção de edificações aos sabores historicistas europeus. Tratava-se de intelectuais simpatizantes ou partidários de causas regionalistas, firmadas então em noções de tradição e ancoradas noutras perspectivas de modernidade e nacionalismos. Seriam momentos de emergência das contradições da modernidade na cidade do Recife, ou daquilo que o historiador Antônio Paulo Rezende (1997) chamou de “(des)encantos modernos” da década de 1920.

Regionalistas versus cosmopolitas: arquitetura neogótica e as contradições da modernidade

Dos desenhos e formas da cidade, pensados e executados ao longo da década de 1910, as acelerações e especulações dos projetos construtivos e urbanísticos alteravam drasticamente muitas das paisagens centrais do Recife. Seria um momento em que o recifense poderia experimentar duas cidades sobrepostas atravessadas por ritmos e sociabilidades distintos: uma cosmopolita e a outra quase colonial. As contradições da modernidade se faziam sentir aqui nas ideias e penas dos intelectuais, divididos em seus artigos jornalísticos entre os desejos por uma cidade cosmopolita ou a preservação de uma cidade idealizada em seu

passado. Assim, sobem ao palco das tensões os sentidos e práticas de tradição e de modernidade:

O apego às tradições traduzia, muitas vezes, o desejo de fortalecer as representações de uma memória histórica idealizada, onde o passado seria sempre melhor que o futuro. O mesmo pode ser pensado com relação aos que se envolviam e exaltavam a chegada do moderno, que mostravam as vantagens da modernização, os riscos de se atrelar ao passado e o atraso que implicava em manter-se vinculado às tradições (REZENDE, 1997, p. 188)

Contrários às aceleradas e destrutivas modernizações cosmopolitas da cidade, um grupo de intelectuais se posicionaria cada vez mais em defesa por uma idealizada cidade considerada tradicional, povoada por paisagens coloniais a serem preservadas em seus conjuntos edificados. Era a formação de uma espécie de sentimento nacionalista ancorado nas referências culturais locais, naquilo que alguns autores definiriam como o embrião de um chamado movimento regionalista em Pernambuco. (AZEVEDO, 1984)

Assim, em oposição aos ideais ocidentais cosmopolitas, as posturas destes intelectuais regionalistas se aproximariam de outro conceito apresentado por Norbert Elias que se contrapõe ao ideal de civilização; a noção de *kultur*:

Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *kultur* reflete a consciência de si mesma, de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como no espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: Qual é, realmente, nossa identidade? (ELIAS, 2011, p. 25)

O que importava aos regionalistas, portanto, era a busca de uma identidade própria, desvinculada das referências estrangeiras, sendo uma identidade sustentada por um sentido de tradição firmado, sobretudo, num passado colonial. Tais valorizações por um passado local poderiam oscilar tanto entre sentimentos meramente saudosistas ou em posturas mais ativas de renovação cultural, a buscar uma espécie de outra modernidade a partir da tradição.

Compactuando com outro sentido de modernidade firmado no conceito de *kultur*, os escritos do jornalista Aníbal Fernandes, publicados no Diário de Pernambuco no início da década de 1920, evidenciam os propósitos embrionários do que viria a se constituir posteriormente como um movimento regionalista.

Fernandes não estava apenas preocupado com a preservação das arquiteturas do passado, mas também com a emergência de um novo estilo, no sentido de “fazer de nós, e cada vez mais brasileiros, fazer-nos a nós mesmos conforme os nossos interesses, as nossas tendências, a nossa história e a nossa tradição.” E mais adiante, defende: “precisamos formar a nossa arte, ter a nossa arquitetura regional que todos os povos de individualidade definida possuem como traço característico.” (FERNANDES, 1920, p. 3). Na esteira destas reflexões, portanto, o projeto de uma nação moderna e civilizada deveria ser levado em consideração, porém, sob as referências de uma de um passado tomado como tradicional e autêntico.

Mas nem sempre os discursos regionalistas seriam interpretados como criativos e renovadores. Intelectuais mais inclinados a um cosmopolitismo acusavam por vezes os regionalistas de estimularem ideias separatistas, além de estarem tomados por um excessivo saudosismo que não permitiria à cidade se transformar e se inserir no desejado pódio das capitais ditas civilizadas.

É o que nos revela, por exemplo, um artigo assinado por Novaes de Campos publicado no jornal *A Província* em maio de 1925. Ao acusar o regionalismo de anti-estético e anti-evolucionista, o autor declara que este embrião de movimento não permitiria à cidade seguir com a “rotina da História” (CAMPOS, 1925, p. 1), ou seja, com uma pretensa marcha pelo progresso e civilização. Portanto, segundo Campos, ao “regionalismo (...) com este devemos acabar forçosamente. Ele se reveste dos mucambos cobertos de telhas e vastas biqueiras, de teto amparado por madeira putrífica”. Aqui o intelectual mantém os sentidos corriqueiros até então, de relacionar as arquiteturas e cidades coloniais a aspectos de insalubridade e de anti-higiene. Por fim, o autor também associa as estéticas coloniais às estruturas sócio-políticas de um passado monárquico, de dependência lusitana, antidemocrático e, sobretudo escravista: “Manter a tradição é exigir a escravidão (...) o Brasil de hoje precisa de ter enflirtado nas suas veias o germer da luta pela igualdade humana de todas as raças.” (CAMPOS, 1925, p. 1)

As ambigüidades e oscilações entre as expectativas por algumas modernidades e preservações de tradições para as arquiteturas e fisionomia das cidades aparecem também nos discursos dos partidários regionalistas. Num artigo publicado em 1921, Aníbal Fernandes parece estar de acordo com os chamados “melhoramentos urbanos”, sobretudo no que diz respeito a solucionar questões de salubridade e de estética:

A Rua Nova, que é uma das principais artérias da cidade, está cheia de sobradinhos, de casinholas estreitas e sujas que a mais rudimentar higiene de há muito teria interditado (...) Num momento em que a cidade se remodela é preciso acabar com isso (...) Mesmo porque isso não é somente feio, anti-estético, anti-higiênico: é vergonhoso para nós. Uma capital moderna, ativa, progressista não deve permitir essas cousas. (...) para fazer frente a esses obstáculos às vezes o poder público tem de ser um pouco mais severo. Mas sempre desejaríamos saber o que seria hoje o Rio de Janeiro se não fosse a energia indomável do prefeito Passos. (FERNANDES, 1921, p. 3)

A partir das palavras do jornalista, percebemos que não havia por parte de simpatizantes ao regionalismo uma total resistência aos projetos urbanísticos desenhados para a cidade, considerados aqui também como necessários. Os sentidos de progresso e de civilização, sonhados para a capital, por exemplo, permaneciam nos discursos, atestando também a adesão a um projeto de modernidade. No entanto, a diferença da modernidade dos regionalistas para os cosmopolitas, era a de que nem todas as arquiteturas e paisagens coloniais da cidade deveriam sucumbir aos anseios de modernização, visto que para esses intelectuais, ser moderno era também reconhecer e preservar uma tradição.

O problema, portanto, não estaria nas transformações urbanísticas planejadas para a cidade, mas na forma como seriam conduzidas essas ações. Em um texto publicado no Diário de Pernambuco em 1919, Fernandes demonstrou simpatia às transformações na cidade, mas lamentou que isso fosse feito à custa de demolições de conjuntos antigos (a exemplo do que ocorrera com a Igreja do Corpo Santo no bairro do Recife, e das ameaças aos Arcos de Santo Antônio e da Conceição). Sobre os cosmopolitas, o jornalista os chamaria de idealistas, interpretando-os como sujeitos descolados das necessidades reais e cotidianas da cidade, além de os pintarem como pouco abertos a diálogos com a sociedade: “o idealista é também por isso mesmo intolerante (...) E porque é então que só uma classe entende representar a humanidade sofredora e humilde, arrogando-se direitos ditatoriais, para impor a uma tirania outra tirania talvez muito pior?” (FERNANDES, 1919, p. 3).

Os ataques à cidade nova e cosmopolita (dos ecletismos e revivalismos) prosseguiram nos artigos jornalísticos dos intelectuais inclinados ao regionalismo. O mais conhecido dos regionalistas, o sociólogo Gilberto Freyre, também não pouparia esforços em defender as paisagens coloniais do Recife em detrimento dos

cosmopolitismos arquitetônicos. Em artigo sobre a fisionomia das cidades no Nordeste na década de 1920, Freyre buscou reabilitar o valor das referências coloniais, indicando-as como as mais adequadas e adaptáveis à cidade em transformação. Entre as defesas pelo colonial e críticas às transformações cosmopolitas, o sociólogo acusaria como negligente a postura do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE) de não tentar “o menor esforço de reação contra o haussmannismo e a estética dos engenheiros”. (FREYRE, 1925, p. 3)

Noutro artigo também publicado no Diário de Pernambuco, Freyre sintetiza suas impressões a respeito das mudanças na fisionomia da cidade do Recife provocadas pelas reformas urbanas.

Entre nós o furor da reforma, a terrível mania do reformismo para modernizar, para europeizar, hoje, sobretudo, para americanizar, nem as igrejas respeitam: e reduziu a catedral de Olinda àquela caricatura do gótico que tanto dói nos olhos; deformou todo o ingênuo encanto da matriz de Casa Forte, outrora tão doce na sua brancura de cal de capela de engenho, hoje com um ar pouco simpático de cinema de subúrbio. (FREYRE, 1924, p. 4)

Entre os exemplos de reformas apresentados, os considerados mais problemáticos seriam aqueles que submetiam antigas igrejas coloniais às transformações cosmopolitas, donde as *goticizações* eram apontadas como as mais incoerentes das escolhas. O caso das reformas empreendidas na catedral da Arquidiocese de Recife e Olinda, entre 1911 a 1920, por exemplo, parecia uma das ações mais criminosas nas interpretações destes autores.

Em defesa das antigas feições coloniais da Sé de Olinda, Aníbal Fernandes não poupou esforços em criticar as obras neogóticas aprovadas pelo então arcebispo da época D. Luiz de Britto:

A obra do bispo D. Luiz com a nossa catedral de Olinda, velho templo, rude acachapado, de uma arquitetura ingênua, mas um monumento vivo do passado extinto, uma obra que se não devia tocar (...) e que a ignorância petulante do mestre de obra derrubou para em seu lugar erguer aquele monstrego, aquele atentado à estética e ao bom gosto, aquele crime feito de tijolo e de cimento que a incultura, o mau gosto e a pobreza de espírito do prelado olindense concorreu se interpretasse. (FERNANDES, 1920, p. 3)

Os conflitos entre os cosmopolitas e regionalistas pareciam se agudizar em torno das reformas ou preservações das arquiteturas religiosas. Considerado pelos

regionalistas como uma expressão máxima do passado nacional (e também regional) de Pernambuco, o barroco à brasileira seria contraposto à arquitetura neogótica, então a expressão cosmopolita das mais utilizadas em novas construções ou remodelações de templos católicos.

Em um artigo do início dos anos de 1930 publicado no jornal pernambucano *A Província*, o jornalista Ribeiro Couto apresenta um texto a revelar que esses embates arquitetônicos ainda estariam por se estender por quase toda a primeira metade do século XX não apenas em Pernambuco, mas em muitas regiões do país. Em defesa pela preservação de um patrimônio artístico em Pernambuco, o autor inicia o texto criticando a proliferação de templos neogóticos por todo o país, acusando esta expressão arquitetônica de não ser condizente a uma realidade brasileira.

A tantos erros serão levados os sábios por causa do capricho novo rico de possuímos catedrais góticas (...) o gótico é delicioso (...) mas é delicioso sob o céu da Europa (...) não é um capricho, mas a resultante dos movimentos e do espírito de uma época (...) a arquitetura, como a língua, é uma fatalidade histórica, da qual cada povo, pelo gênio criador, deve tirar os elementos de diferenciação artística, de definição da sua personalidade. (COUTO, 1930, p. 7)

O problema, portanto, não estaria na expressão da arquitetura gótica em si, mas nessas produções espacial e temporalmente deslocadas, consideradas pelo autor como não relacionadas a um *zeitgeist* (espírito do tempo) ou a uma noção de *kultur* (tradição de um povo) brasileiros. Ainda ao longo do artigo, o jornalista lamenta que a *goticização* das igrejas seria um fenômeno que se estenderia por mais 50 anos, a provocar, em suas palavras, um verdadeiro “assassinato do barroco”.

Os pensamentos e discursos preservacionistas e anti cosmopolitas dos regionalistas em Pernambuco não iriam apenas povoar as páginas dos jornais. Das múltiplas representações que se formavam acerca das disputas e usos entre as arquiteturas coloniais e as arquiteturas historicistas europeias (incluindo-se o neogótico), geraram-se algumas práticas sistematizadas por parte dos intelectuais reunidos principalmente em torno do Centro Regionalista do Nordeste, que funcionara entre os anos de 1924 a 1927. (AZEVEDO, 1984)

Dispostos a construir uma espécie de identidade regional nordestina, os membros filiados ao Centro também se empenharam em conciliar tradição e modernidade, propondo uma série de projetos urbanísticos e arquitetônicos, por exemplo, que possibilitassem congregar as necessidades modernas e liberais de

racionalidade, higiene, tráfego e de mercado às estéticas e soluções arquitetônicas herdadas do passado colonial.

Outras práticas que se desdobraram a partir dos discursos dos intelectuais regionalistas em prol de uma arquitetura regional/nacional foram: a criação do Núcleo de Defesa Artística em 1924 e a instituição da Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco em 1928.

O Núcleo de Defesa Artística prezava principalmente por ações de preservação e restauração das estéticas coloniais nas construções eclesiásticas do Recife e Olinda (GONZALES, 2017), buscando evitar demolições ou reformas que alterassem as referências artísticas do passado. O jornal *A Província*, publicou entre os anos de 1924 e 1925, uma série de artigos assinados por Costa Monteiro, um dos membros do Núcleo. (COSTA MONTEIRO, 1924).

Nos textos, o autor criticou as produções revivalistas e ecléticas na cidade e defendeu a criação de um estilo regional. Além disso, no que diz respeito à preservação das estéticas coloniais, cobrou uma maior fiscalização da prefeitura nos projetos de reforma ou de restauro, a fim de evitar descaracterizações dos antigos edifícios.

A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco foi criada no governo de Estácio Coimbra em 1928, quando então assumiu sua presidência o jornalista Aníbal Fernandes. (RODRIGUES, 2012). A proposta da Inspeção consistia em direcionar esforços do poder público para a preservação dos acervos coloniais no Estado, com destaque para a arquitetura religiosa católica. Os inventários e relatórios produzidos ainda nos primeiros anos da instituição trouxeram contribuições documentais e preservacionistas para as futuras ações do órgão federal SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em Pernambuco.

Por uma defesa quase exclusiva da Inspeção para com a arquitetura colonial, expressões como a arquitetura neogótica (ainda bastante popular nas novas construções ou reformas de prédios religiosos), seria vilanizada e desconsiderada dos inventários empreendidos. Além de não considerar a preservação destes acervos, a instituição de Fernandes seria responsável também por barrar projetos de reformas neogóticas propostos para antigas igrejas coloniais, a exemplo da Igreja da Soledade (JORNAL PEQUENO, 1931) e da Igreja das Graças, ambas na cidade do Recife. Sobre o projeto neogótico para a Igreja da Soledade, este

teria sido barrado pelo IAHGPE com anuência do próprio vigário local, que estaria sintonizado com as posturas da Inspeção Estadual de Monumentos.

Apesar das euforias e expectativas dos regionalistas por um outro projeto de modernidade e de sociedade, contrário àquele cosmopolita, as propostas destes intelectuais também revelavam contradições e limites. Ao criticar os manifestos de Gilberto Freyre, por exemplo, Souza Barros interpreta os discursos regionalistas como dispostos a apenas atingir uma renovação no campo das ideias e das produções artístico-culturais, sem trazer grandes transformações para os quadros sociais e econômicos de Pernambuco. (SOUZA BARROS, 1985). Assim, não importava se os projetos urbanístico-arquitetônicos fossem afrancesados ou tradicionalistas: na cidade do Recife ainda grassavam as populações vivendo precariamente nas áreas insalubres dos mocambos.

Os arranjos político-institucionais também seguiam atravessados por conservadorismos. No governo de Estácio Coimbra (1926-1930), por exemplo, apesar da instituição de vanguarda de um órgão como o da Inspeção Estadual dos Monumentos, em sintonia com as práticas preservacionistas das nações liberais europeias, as posturas político-institucionais do governo seguem alinhadas aos interesses oligárquicos, ao mandonismo e à repressão da classe trabalhadora. (SOUZA BARROS, 1985)

Assim, nas experiências e embates arquitetônicos e urbanísticos travados entre estes dois diferentes projetos de modernidade sonhados para a cidade do Recife, parecia que ambos redundavam em limites, contradições e inconclusões, donde suas representações e práticas destinavam-se apenas a atender mais demandas estéticas e formalísticas e a beneficiar uma pequena parcela de privilegiados, que poderiam usufruir das benesses e transformações das modernizações na fisionomia e sociabilidades públicas da cidade.

Considerações finais

Apesar da influência cultural e política dos intelectuais regionalistas, a circularem nas instituições e esferas de poder da cidade na década de 1920, propagando seus discursos anti neogóticos nos artigos publicados em periódicos de grande circulação, a popularidade das construções e reformas neogóticas se estenderia pelo Recife e por todo o Estado até meados do século XX, sobretudo no universo das edificações religiosas católicas.

Por outro lado, o empenho dos regionalistas em instituírem uma espécie de novo estilo arquitetônico baseado nas referências do passado colonial pareceu obter sucesso apenas entre uma classe elitizada, que passou a encomendar residências aos sabores dessas formas ditas tradicionais. No que diz respeito à construção de novas igrejas e às próprias construções residenciais mais populares, as arquiteturas historicistas continuaram sendo a preferência de grande parte da população. (SILVA, 1987; CARVALHO, 1992)

Assim, nos parece que o grupo formado pelos regionalistas era formado apenas por um restrito grupo de intelectuais que pouco dialogava com a sociedade recifense e seus problemas sócio-políticos, econômicos e até mesmo culturais. As próprias ações empreendidas por instituições aos moldes regionalistas como a Inspeção de Monumentos, revelavam-se em sua maioria como autoritárias, já que apenas os intelectuais envolvidos possuíam a autoridade e capacidade técnica para definir o que seria ou não considerado um monumento/patrimônio a ser preservado, sem realizar consultas democráticas junto à população. Já a arquitetura neogótica, junto com as outras expressões ecléticas/revivalistas parecia ser uma linguagem construtiva de sucesso a resistir ainda por muitas décadas, a despeito do desdém impulsionado pelos posicionamentos dos intelectuais regionalistas.

Nossas análises, portanto, possibilitam revelar uma não linearidade evolutiva das ideias e produções arquitetônicas no passado da cidade do Recife durante a Primeira República, já que tanto os projetos cosmopolitas quanto os regionalistas aconteciam simultaneamente, disputando espaços e legitimações em órgãos formadores de opinião pública como os jornais de grande circulação da época. É interessante perceber também as permanências até dias recentes desses embates de projeto de sociedade idealizados para os desenhos e transformações das cidades. Projetos que se traduzem em dois sentidos distintos de modernidade: um cosmopolita, internacionalizado (civilização) e outro regionalista-nacional ancorado em tradições e passados (re) inventados (*kultur*).

Por fim, concluímos que para além de análises mais formais trazidas pela História da Arte ou a História da Arquitetura, pensar a arquitetura dentro do campo da História é vislumbrar os aspectos sociais e culturais que possibilitaram tanto a produção desses objetos edificados como suas apropriações, usos, significações e ressignificações pelas sociedades ao longo do tempo. Nesse sentido, a arquitetura se apresenta como mais um aspecto socialmente compartilhado por uma sociedade,

relacionado às maneiras como os indivíduos habitam, trabalham, experimentam ética e esteticamente, enfim, como se relacionam nesses espaços delimitados, edificados coletivamente.

Desse modo, acreditamos ser legítimo empreender estudos históricos para expressões arquitetônicas tão singulares, a exemplo da arquitetura neogótica, uma manifestação importada, mas que sofrera adaptações e reinterpretções entre representações e práticas de um passado construtivo pernambucano e recifense.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

- A CATHEDRAL de Olinda. *Jornal do Recife*, Recife, n. 228, 24 ago. 1919, p. 1.
- CAMPOS, Novaes de. Na mesma tecla. *A Província*, Recife, n. 102, 5 maio 1925.
- COSTA MONTEIRO. Recife architectonico de hoje. *A Província*, Recife, n. 292, 14 dez. 1924, p. 3.
- COSTA MONTEIRO. A nossa defesa artistica. *A Província*, Recife, n. 296, 19 dez. 1924, p. 3.
- COSTA MONTEIRO. Os templos e a tradição. *A Província*, Recife, n. 305, 31 dez. 1924, p. 3.
- COUTO, Ribeiro, O patrimônio artístico de Pernambuco. *A Província*. Recife, 30 mar. 1930, Seção 2, p. 7.
- FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros... *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 218, 12 ago. 1920, p. 3.
- FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros... *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 61, 5 mar. 1921, p. 3.
- FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros... *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 318, 24 nov. 1919, p. 3.
- FERNANDES, Aníbal. De uns e de outros... *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 7, 8 jan. 1920, p. 3.
- FREYRE, Gilberto. A fisionomia das novas cidades. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 65, 19 mar. 1925, p. 3.
- FREYRE, Gilberto. O Recife e as árvores. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 265, 13 nov. 1924, p. 4.
- GOVERNO do Estado. *A Província*. Recife, n. 306, 7 nov. 1913, p. 4.
- JORNAL PEQUENO, Recife, n. 16, 21 jan. 1931, p. 2.
- MAIA, Gonçalves. A nota. *Jornal Pequeno*, Recife, n. 14, 19 jan. 1914, p. 1.

- MELO, Mário. Da Paulicéia. *Jornal Pequeno*, Recife, n. 202, 10 set. 1910, p. 1.
- NOTÍCIA religiosa. *Jornal do Recife*. Recife, n. 129, 6 jun. 1923, p. 4.
- ORLANDO, Arthur. Recife Novo. *Jornal Pequeno*. Recife, n. 57, 11 mar. 1912, p. 1.
- RODOLPHO Lima. *Almanach de Pernambuco*. Recife, n. 14, 1911, p. 177-178.
- XAVIER, Henrique. Subsídios para a História. *Jornal do Recife*, Recife, n. 287, 9 dez. 1925, p. 3.

Bibliografia

- AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BARATA, Mário. Século XIX. Transição e início do século XX. In: Walter Zanini (org). *História geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CANTARELLI, Rodrigo. O neogótico em Pernambuco e a obra do arquiteto Rodolpho Lima. *Mouseion*, Canoas, n. 40, dez. 2021, p. 1-12
- CARVALHO, Maurício Rocha de. *Eclétismo arquitetônico na cultura pernambucana*. Recife, 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991.
- CHECA-ARTASU, M.; NIGLIO, O. (org.) *El neogótico en la arquitectura americana: historia, restauración, reinterpretaciones y reflexiones*. Roma: Aracne Editrice, 2016.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.
- FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista: Nova Série*, n. 1, 1993.
- FABRIS, Annateresa (org). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1987.
- GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. *Arquidiocese de Olinda e Recife e a preservação de monumentos históricos (1910-1930)*. Recife, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LEVINE, Robert. Pernambuco e a federação brasileira. In: FAUSTO, Boris *et al.* (org.). *História geral da civilização brasileira* (1889-1930). Rio de Janeiro: B. Brasil, 2006, p. 130-171.

LUBAMBO, Cátia W. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero, a reforma urbana do início do século XX*. Recife: CEPE, 1991.

MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra Vitoriana*. São Paulo: Annablume, 2008.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: M. Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco* (1821-1954). Recife: Editora Universitária UFPE, 1972. v. 2.

OLIVEIRA NETO, Diomedes de. *Ecos das catedrais: representações do neogótico na neocrisandade dos sertões de Pernambuco na década de 1920*. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1987.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe, 1997.

REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

RODRIGUES, Rodrigo Cantarelli. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura eclética em Pernambuco*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *O ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1987, p. 177-207.

SOUZA BARROS, Manuel. *A década 20 em Pernambuco: uma interpretação*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Diomedes de Oliveira Neto é Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como citar:

OLIVEIRA NETO, Diomedes de. Entre tradições e modernidades: representações sobre a arquitetura neogótica nas décadas de 1910 e 1920 na cidade do Recife. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 2, p. 301-326, jul./dez. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br.